

Processo Administrativo nº 507/2023-COMPRAS.GOV-FUNESA

Assunto: Prestação de Serviço de fornecimento contínuo de água e prestação de serviços de esgoto do Centro de Especialidade Odontológica – CEO de Capela

Interessado: COORDENADORIA DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TI - FUNESA

Parecer nº 28/2023 PROJU/FUNESA

I – RELATÓRIO

1.Trata-se de solicitação de parecer acerca da possibilidade jurídica de contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da empresa SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE objetivando a prestação de serviço de fornecimento contínuo de água e prestação de serviços de esgoto do Centro de Especialidade Odontológica – CEO de Capela.

2. Consta dos autos PARECER/AUDIC Nº 3892 recomendando a formalização de instrumento contratual que fundamente e legitime o fornecimento de água ao Centro de Especialidades Odontológicas do Município de Capela/SE, inexistente até então, Termo de Referência, Análise de Viabilidade Orçamentária, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Cartão do CNPJ da Autarquia Municipal a ser contratada, Justificativa de Inexigibilidade e Minuta do Contrato.

II – FUNDAMENTAÇÃO

3. Inicialmente, considera-se oportuno ressaltar que a presente manifestação toma por base os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe. Tem-se, assim, que incumbe a esta Procuradoria prestar a consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade da prática dos atos administrativos.

4. É relevante tecer considerações sobre a Justificativa formal da contratação dos respectivos serviços, por inexigibilidade de licitação, como se observa das fls. 97/99 dos autos, valendo destacar o seguinte:

[...]

No caso em tela, a SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAAE apresenta-se como a única concessionária da cidade de Capela do Estado de Sergipe a executar os serviços supramencionados, justificando-se, desta maneira, a adoção do referido procedimento para a contratação direta amparada pelo artigo acima citado.

[...]

Sendo a concessionária a única a fornecer os serviços a serem contratados, certamente não haveria possibilidade de competição, justificando a inexigibilidade do processo licitatório.

5. Dessa forma, a Justificativa apresentada, de fls. 97/99, encontra respaldo na moldura do art. 25, caput, da Lei 8.666/1993.

6. Em regra, as contratações promovidas pela Administração Pública são sempre precedidas de licitação, assegurada a igualdade de competição entre os concorrentes e o devido processo legal, esse caracterizado pelo contraditório e pela ampla defesa. Todo o procedimento licitatório é regulamentado pela Lei nº 8.666, de 1993, ressalvados os demais casos previstos na legislação extravagante.

7. Ocorre, porém, que o Estatuto das Licitações estabeleceu duas formas de contratação direta, sem licitação, para efeito de contratação com terceiros, quais sejam: a dispensa de licitação e a inexigibilidade de licitação, nos casos em que a própria lei específica, principalmente quando não se viabiliza a competitividade.

8. A inexistência de uma pluralidade de indivíduos aptos a se candidatarem ao contrato pretendido pela Administração faz surgir a mais clássica forma de inviabilidade de competição.

Ora, de modo algum seria razoável admitir que a Administração ver-se-ia obrigada a desenvolver todos os atos administrativos típicos do torneio licitatório se desde já é sabido a quem será direcionada a contratação, dado ser aquele indivíduo o único existente no mercado com possibilidade de atender ao chamamento.

9. No caso em apreço, a inviabilidade de competição resta evidenciada por ser a SAAE CAPELA a única concessionária de serviços de água e esgoto. Todavia, não ficou evidenciado nos autos do processo a justificativa do preço a fim de comprovar a sua compatibilidade com o valor de mercado, pelo qual a ausência de disputa evidenciada não significa um preço imensurável. Nesse sentido, faz-se essencial que seja apresentada justificativa de preço, consoante o disposto no art. 26, parágrafo único, III da Lei nº 8.666/93.

10. Quanto a minuta acostada, verifica-se que atende aos requisitos previstos na legislação de regência, em especial aos arts. 54 e 55 da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações).

III – CONCLUSÃO

11. Ante o exposto, opino pela viabilidade da presente contratação direta por inexigibilidade de licitação, desde que sejam observadas as exigências do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

12. Por último, impõe-se a adoção das seguintes providências:

- a) Que os documentos da empresa a ser contratada estejam devidamente atualizados, no momento da contratação;
- b) Que sejam incluídas nos autos do processo autorização da autoridade competente e ratificação da justificativa de inexigibilidade;
- c) Que seja incluída nos autos do processo justificativa de preços com a inclusão de legislação municipal que a discipline, a exemplo do quadro tarifário;
- d) Que sejam incluídos nos autos documentos de habilitação jurídica da autarquia a ser contratada (Lei Municipal), bem como documentos do seu representante legal;

- e) Que o preâmbulo da minuta contratual de fls. 100/106 seja retificado pela Gerência de Contratos para constar INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em vez de DISPENSA DE LICITAÇÃO;
- f) Que a Justificativa Técnico legal de fls. 97/98 seja devidamente assinada pelo Presidente da CPL;
- g) Em face do princípio da publicidade, inerente a todos os atos administrativos, o contrato deverá, também, ser publicado na imprensa oficial para ter validade e eficácia, passando a produzir seus efeitos, consoante art. 26, caput, da Lei n.º 8.666/93.

Eis o parecer, S.M.J.

Aracaju, 24 de março de 2023



ASSINADO ELETRONICAMENTE
Verificar autenticidade conforme mensagem
apresentada no rodapé do documento

MARCELO PASSOS SILVA
Advogado(a) Chefe

Este documento foi assinado digitalmente por MARCELO PASSOS SILVA

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: KQA5-TAMY-YMUS-ZQOV



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 15/05/2023 é(são) :

- MARCELO PASSOS SILVA - 24/03/2023 10:06:49